Morte no Mediterrâneo: O Pelotão de Sepultamento da Força Expedicionária Brasileira e suas práticas

Death in the Mediterranean: The Burial Squad of the Brazilian Expeditionary Force and its practices

Francisco César Ferraz[1]
Universidade Estadual de Londrina

Adriane Piovezan[2]
Doutoranda em História - Universidade Federal do Paraná

Resumo

A morte massiva, durante uma guerra, requer o funcionamento de uma unidade especialmente designada para recolher, identificar e sepultar os mortos de suas forças armadas, bem como encaminhar aos familiares seus objetos e pertences. No Teatro de Operações do Mediterrâneo da Segunda Guerra Mundial, a Força Expedicionária Brasileira (FEB) organizou uma unidade para esses fins, o Pelotão de Sepultamento (PS). O objetivo deste artigo é discutir o papel desempenhado pelo PS nas ações da FEB. A partir da coleta e sistematização dos relatórios realizados por esta unidade,pode-se estabelecer a relação da instituição com o tratamento do soldado morto, já que cada um possuía um relatório individual com dados sobre as condições de morte, de recolhimento dos corpos, da religião, dos objetos encontrados em seu cadáver. Também é possível identificar as devoções pessoais de cada soldado através dos objetos religiosos encontrados em seus corpos após as ações de combate. Ocasionalmente, são feitas comparações com os procedimentos dos aliados norte-americanos para as mesmas situações, uma vez que a unidade brasileira reproduziu, organizacionalmente, a de seus irmãos-em-armas.

Palavras-chave: Morte; Segunda Guerra Mundial; Pelotão de Sepultamento; Força Expedicionária Brasileira; Teatro de Operações do Mediterrâneo.

Abstract

The massive death, during a war, demands the functioning of a special unit, directed to collect, identify and bury the fallen of the armed forces, as well to send personal objects and vestiges to their families. At the World War II's Mediterranean Theater of Operations, the Brazilian Expeditionary Force (FEB) organized an unit to perform this task, the Burial Squad (PS). Starting the research from reports issued by this unit, it is possible to establish the relationship between the institution and the dead soldier. Each report included an individual statement containing data about reason of death, the way the body was found out and collected, of dead soldiers' religion and his personal objects. Moreover, it is also possible to identify personal devotion of each fallen soldier, by religious objects found into their bodies, after be killed in action. Occasionally, comparisons are made with the procedures of the American allies in the same situations, since the Brazilian unit emulated, in organizational framework, his brothers-in-arms.

Keywords: Death, World War II; Burial Squad; Brazilian Expeditionary Force; Mediterranean Theater of Operations.

● **Enviado em: 27/11/2012**
● **Aprovado em: 01/12/2012**

[1] Professor associado do Departamento de História da UEL. Autor, entre outras obras, do livro *A Guerra que não acabou: a reintegração social dos veteranos da Força Expedicionária Brasileira (1945-2000)*, Londrina, EDUEL, 2012.

[2] Doutoranda em História da UFPR. Autora de Ritos de Morte: O Pelotão de Sepultamento da FEB (1944-1945), In: OLIVEIRA, D. (org.) *A Força Expedicionária Brasileira e a Segunda Guerra Mundial: Estudos e Pesquisas, 2012.*

O fenômeno mais visível e impactante de uma guerra é a letalidade para os que dela são agentes e pacientes. Por mais poderosas e confiantes que sejam, as forças armadas em combate esperam, naturalmente, que uma parcela de seus homens pereça no front, em ação contra o inimigo ou por motivos relacionados às atividades bélicas (doenças, acidentes, etc).

O Brasil participou do esforço dos Aliados na Segunda Guerra Mundial, enviando para a frente de combate mediterrânica, uma divisão de exército de aproximamente 25 mil soldados, a Força Expedicionária Brasileira (FEB), que lutou ao lado das forças norte-americanas do V Exército, contra divisões de exército do Eixo e algumas forças fascistas italianas.

De todas as frentes de combate na Europa, a Frente Mediterrânica foi uma das mais difíceis e de maiores taxas de mortalidade em ação[3]. A geografia acidentada da península itálica diminuiu consideravelmente as vantagens materiais dos Aliados, que não podiam usar seus tanques e aviões com a mesma desenvoltura que desempenhavam em outras frentes, além de terem dificultados os suprimentos e remuniciamento. Assim, a maior parte dos choques era efetuada em pequenas unidades, como pelotões e companhias, e os sistemas defensivos das tropas do Eixo, melhor posicionados nas alturas das montanhas, compensavam, com baixas pesadas, a inferioridade numérica e material, em relação aos seus inimigos Aliados.

Quando feridos, os soldados Aliados tinham uma estrutura bem organizada para tentar salvar suas vidas e encaminhá-los de volta ao combate ou, em casos mais graves, para casa. Uma parcela dos combatentes, contudo, não teve a mesma sorte. Para essa eventualidade, era necessário o funcionamento de unidades especialmente designadas para recolher, identificar e sepultar os mortos de suas forças armadas, bem como encaminhar aos familiares seus objetos e pertences. No Teatro de Operações do Mediterrâneo da Segunda Guerra Mundial, a Força Expedicionária Brasileira (FEB) organizou uma unidade para esses fins, o Pelotão de Sepultamento (PS). O objetivo principal deste artigo é discutir o papel desempenhado pelo PS nas ações da FEB e, secundariamente, fornecer subsídios para o entendimento de como a realidade da morte foi vivenciada entre os combatentes, através do estudo de suas atitudes perante as mortes de companheiros e inimigos. Por fim, intenciona-se discutir a vivência religiosa dos soldados brasileiros no front, a partir do estudo da documentação do PS.

O Pelotão de Sepultamento (PS) da FEB foi criado somente em 4 de julho de 1944, dois dias depois do primeiro escalão da FEB ter zarpado do Rio de Janeiro, levando cerca de cinco mil homens para a Itália. O fato do PS não ter seguido de imediato com o primeiro escalão colocou como problema para aquelas tropas a remoção, identificação e enterramento dos mortos em combate nessa primeira fase da Campanha da Itália.

[3] ELLIS, John. *The Sharp End: The Fighting Man in World War II*. New York: Charles Scribner's Sons, 1980, p. 158-159.

Esta unidade estava subordinada ao Serviço de Intendência, primeiro agregado à Companhia de Intendência e, em seguida, ao Depósito de Intendência da FEB. Tal era a prática organizacional adotada pelo Exército Americano e que coube à FEB emular. Aqui é importante notar outras peculiaridades da organização militar então adotada. Cabia ao Serviço de Intendência o abastecimento das tropas de todos os gêneros alimentícios, munição, peças de reposição, etc.

O PS só chegou à Itália em 9 de outubro de 1944. As tropas brasileiras estavam em combate desde 15 de setembro, de forma que foi necessário formar um PS na Itália. Esse primeiro PS foi treinado pelos norte-americanos, oferecendo estágios aos brasileiros nos cemitérios militares e postos de coleta do Exército dos EUA (*Graves Registration*). O PS original não foi substituído por aquele criado no Brasil, mas fundido a ele. Os recém-chegados foram incorporados como recompletamentos ao PS original.

Foram destacados em novembro daquele ano efetivos para manter em operação três postos de coleta de corpos destinados à remoção para enterro, localizados um na estrada de Porreta Terme a Silla e outro em Valdibura. O terceiro ficava em reserva, sendo constituído por elementos em licença. Como a citada estrada era a única via de acesso ao front o trabalho dos postos de coleta podia se concentrar ali.

Além de coletar os corpos, outro problema consistia em organizar um local para seu enterramento, bem como das atividades preparatórias deste. Na inexistência de um cemitério militar brasileiro na Itália, os expedicionários mortos foram inicialmente enterrados tanto em cemitérios civis (Tarquínia), quanto em militares norte-americanos na Itália (Folonica e Vada).

O primeiro problema que surgiu como decorrência dessa prática era a longa distância a ser vencida para realizar os sepultamentos. Na fase inicial da campanha a linha de frente ficava em Garfagnana, obrigando um deslocamento de 180 Km até o cemitério norte-americano mais próximo. Uma fonte de problemas adicional para o trabalho do PS dizia respeito à disponibilidade de uma única viatura para essas viagens, tumultuando o processo de transporte no caso de existirem sucessivos mortos a transladar.

Com o deslocamento da linha de frente brasileira para o centro do front italiano a situação se agravou. Agora era necessário se vencer o dobro da distância para se proceder aos sepultamentos. Na média os membros do PS tinham que viajar 360 Km para levar os corpos ao seu local de sepultamento.

Uma medida paliativa para encarar esse problema foi a criação de um novo posto de triagem de mortos na cidade de Pistoia. Essa medida aliviou de forma considerável o trabalho de transporte dos corpos por parte do PS. Agora os postos de coleta (ditos "avançados") entregavam os corpos ao

posto de triagem, distante apenas 40 quilômetros, podendo retornar com mais brevidade à linha de frente.

Outro problema dizia respeito aos procedimentos burocráticos adotados pela administração dos cemitérios militares norte-americanos. Na média o preenchimento dos relatórios de sepultamento e redação de demais documentos por parte dos norte-americanos levava de oito a dez dias. Nesse período o Serviço de Intendência ficava impossibilitado de fazer a comunicação da morte aos familiares. De fato, o Ministério da Guerra, sediado n Rio de Janeiro, só ficava autorizado a comunicar o falecimento a família após o recebimento dos citados relatórios. Essa realidade, entretanto, era comum aos Aliados no Mediterrâneo e em outros Teatros de Operações na Europa. Os familiares dos soldados norte-americanos, por exemplo, recebiam a notificação em duas semanas após a morte no front[4].

A fim de dar conta dessas questões o chefe do Serviço de Intendência sugeriu ao comandante da FEB a criação de um cemitério militar brasileiro. No organograma do V Exército dos EUA a autoridade responsável pela alocação de cemitérios era o *Grave Registration*, conhecido dos brasileiros como Serviço de Sepultamento. Essa entidade designou técnicos para localizar e demarcar uma área adequada para a construção do cemitério militar brasileiro, a ser localizado na cidade de Pistoia[5].

O Batalhão de Engenharia da FEB forneceu o material e a mão de obra para construção do cemitério, o qual comportava quatro quadras para os mortos brasileiros e duas quadras para mortos inimigos. Toda área foi cercada com arame farpado, instalado um mastro para hasteamento da bandeira nacional e pavimentadas as ruas. De fato, um dos maiores problemas na locação do cemitério foi encontrar um terreno livre de lençóis freáticos superficiais e que não empoçasse água da chuva. O trabalho de pavimentação das ruas do cemitério, sempre sujeitas à formação de lama quando chovia, ainda estava em andamento em fevereiro de 1945.

O cemitério contava também com um necrotério, instalado numa modesta barraca de lona. Preocupados com a privacidade do trabalho com os mortos, o necrotério foi oculto das vistas dos curiosos com um biombo de dois metros de altura, também de lona. A fragilidade da barraca que servia de necrotério foi comprovada diversas vezes, sofrendo os seus usuários com as constantes

---

4 McMANUS, John C. *The Deadly Brotherhood.The American Combat Soldier in World War II*.New York: Random House, 2003, p. 176

5 O órgão norte-americano se guiava por um documento de treze páginas, "*Graves Registration Directive*" , que indicava como deveriam ser construídos e organizados os cemitérios militares, como os jazigos deveriam estar alinhados, tanto lateral quanto longitudinalmente, e até certos cuidados, como retirar dos objetos removidos qualquer objeto que, comprovadamente, pudessem ser embaraçosos às famílias dos soldados tombados em combate.ATKINSON, Rick. *The Day of Battle. The War in Sicily and Italy, 1943-1944*. New York: Henry Holt and Company, 2007, Kindle Edition, pos. 1364 de 21266.

ventanias que assolavam a região. Como resultado, solicitou-se que a mesma fosse substituída por uma construção de madeira.

O respeito aos mortos nessas instalações se manifestava na preocupação em colocar as macas com os corpos, enquanto aguardavam autópsia, sobre cavaletes de madeira. Evitava-se dessa forma que os mesmos ficassem no chão. A preocupação com o respeito também se evidenciou nas precauções em relação à privacidade no tratamento e manuseio dos cadáveres.

Uma fonte preciosa para o entendimento das relações e atitudes diante da morte neste período é a análise da documentação referente aos Relatórios Individuais, gerada pelo Pelotão de Sepultamento.Na análise desses Relatórios, deve-se levar em conta a relação entre o seu conteúdo, a realidade que descrevem e os fatores que podem ter atuado, impactado, interferido no arrolamento dos fatos ali descritos.

Um primeiro leque de considerações se refere às circunstâncias relacionadas ao exercício das atividades do Pelotão de Sepultamento. Parece claro que as variáveis mais relevantes na preservação da integridade do corpo do morto e seus pertences dizem respeito ao tempo decorrido desde a morte até o sepultamento, por um lado e, por outro, a natureza das causas da morte.

Pode se assumir como óbvio que quanto menor for o tempo decorrido desde a morte do indivíduo e o seu sepultamento, maior será a probabilidade de se resgatar, identificar e preservar em bom estado o conjunto dos pertences legados. Inversamente, quanto maior for o tempo passado entre a morte do sujeito e o seu sepultamento, tanto menores serão tais possibilidades.

A forma pela qual o indivíduo morreu também é determinante no grau de sucesso da tarefa dos membros do PS em descrever de forma acurada os pertences encontrados com o morto. Parece claro que os corpos – e os objetos pessoais - de indivíduos que morreram em combate na linha de frente podem ter passado por extensos processos de fragmentação, degradação e dispersão de seus fragmentos. Deve-se ter em conta que o maior número de baixas - tanto de mortos quanto de feridos - brasileiros na Campanha da Itália decorreu entre aqueles que foram atingidos por estilhaços. A razão para tão alta letalidade destes projéteis é compreensível. Trata-se de fragmentos de metal de tamanho variado, arremessados instantaneamente em todas as direções pela explosão de granadas. A própria explosão da granada no impacto com o solo gerava mais e mais estilhaços, aumentando a probabilidade dos homens expostos sobre o solo serem atingidos em qualquer uma das suas partes.

As granadas podiam ser disparadas tanto por canhões pesados ocultos na retaguarda inimiga, quanto pelos morteiros operados pela infantaria na imediata linha de frente. É importante lembrar que não apenas durante a fase de atuação da FEB, como também em toda Campanha da Itália durante a Segunda Guerra Mundial, foram os morteiros os responsáveis pelo maior número de baixas em ambos os lados em luta. As razões são simples de entender. Por dispararem suas granadas

em uma trajetória acentuadamente curva ("parabólica") são capazes de atingir tanto o inimigo oculto atrás dos morros que ocupa, quanto dentro de suas trincheiras e outros abrigos abertos no solo. Desta forma seus projéteis alcançam até homens que se encontram protegidos contra projéteis que tem uma trajetória paralela ao do solo.

Para além dos estilhaços de granadas de canhão ou morteiro, na vizinhança imediata da explosão se verificava a súbita e insuportável compressão do ar, capaz de provocar extensos danos aos órgãos internos dos indivíduos, favorecendo seu esfacelamento. A explosão de minas explosivas terrestres, ocultas no solo, ou de armadilhas explosivas plantadas nos bosques, edificações, etc., também podiam provocar efeitos similares sobre os cadáveres de suas vítimas. Também o impacto das balas de metralhadora, podiam desfigurar, desmembrar, mutilar partes extensas do corpo dos soldados expostos ao combate na linha de frente.

Tais são as principais razões pelas quais os corpos encontrados pelo PS na linha de frente tinham muito menor probabilidade de estarem preservados do que os corpos dos mortos na retaguarda. Cabe mencionar um fator secundário, mas importante, da maior probabilidade dos corpos encontrados na linha de frente: a ação humana, tanto de inimigos quanto de civis.

Até que finalmente fossem encontrados pelos membros do PS tais corpos podem ter sido revistados, saqueados ou – como afirmam algumas poucas fontes, minados pelos alemães. Civis italianos, tanto moradores das regiões onde ocorreram os combates, quanto refugiados ("sffolatti") de passagem podem ter também saqueado os corpos de brasileiros mortos. Finalmente, o fato mesmo do corpo de um combatente brasileiro ter caído na linha de frente praticamente garantia que o mesmo não poderia ser recuperado imediatamente. Pior ainda, no caso de terreno que foi abandonado em poder do inimigo, muito tempo pode ter decorrido até que os membros do PS pudessem ter acesso aos corpos ali caídos. Já os corpos dos mortos na retaguarda podiam ser – como em alguns casos foram – enterrados no Cemitério Militar de Pistóia no mesmo dia em que morreram.

Um segundo leque de considerações se refere as atitudes e procedimentos de indivíduos que atuaram no Pelotão de Sepultamento e seu grau de comprometimento com as tarefas que lhes cabiam executar. E aqui reside uma pergunta crucial: cumpriam os membros do PS seu compromisso com a descrição acurada, precisa e honesta dos bens e valores encontrados nos corpos que recuperavam?

As motivações positivas para o bom desempenho das funções dos membros do PS dizem respeito ao papel que assumiram: o de tornar possível para os entes ligados aos mortos tanto os procedimentos legais quanto espirituais decorrentes do falecimento de um combatente. De seu desempenho em recuperar, identificar e resgatar os corpos dos brasileiros mortos dependia a

comunicação da morte aos parentes, o pagamento de pensões as viúvas, e o envio dos pertences do morto à família, a última - e frequentemente premeditada - ligação dos mortos com o mundo dos vivos. Não se tratam de tarefas que possam ser facilmente negligenciadas, a não ser por parte de indivíduos distantes ou mesmo completamente desligados dos valores morais vigentes à época, os quais também eram insistentemente apregoados pelas instituições religiosas e militares, para não mencionar a sociedade brasileira como um todo.

Cabe destacar que a demora, negligência ou mesmo a impossibilidade em se recuperar e identificar os cadáveres seria causa de angústia entre os entes queridos dos falecidos, sempre inclinados a pensar no pior na ausência de notícias por muito tempo. Ademais, seus dependentes seriam reduzidos à pobreza, se não pudessem obter, através da comprovação da morte em combate de seu provedor, os benefícios financeiros da pensão concedida pelo Governo Brasileiro.

Havia, porém, um imperativo moral ainda mais forte para motivar a ação eficiente dos membros do PS em suas tarefas: a responsabilidade que lhes cabia de serem os portadores da última comunicação, da última vontade ou manifestação dos mortos aos seus entes queridos. Os membros do PS certamente sabiam que, independentemente de raros ou banais, caros ou baratos, pessoais ou indistinguíveis, os objetos, valores ou documentos encontrados com o morto seriam sempre encarados pelas famílias como de incalculável valor afetivo. Para além da afeição, seriam também os últimos objetos terrenos que o morto destinaria aos vivos, o que o que os ligava de forma inequívoca a ocorrência de toda sorte de reações psicológicas e sensoriais. Negar essas possibilidades aos parentes vivos não poderia ser encarada de outra forma que não o exercício de uma crueldade e grave infração ética.

É o que se percebe através do exame do relatório que o comandante do PS, 1º. Tenente Lafayette Varga Moreira Brasiliano apresentou em 2/02/1945. Logo de saída, em seu preâmbulo lê-se:

> "A guerra moderna em sua complexidade sentiu a necessidade de criação de um serviço de sepultamento, que viesse de modo conveniente atender a esta parte do seu desenrolar, evitando os lamentáveis casos ocorridos nas guerras passadas, de verdadeiras hecatombes de epidemias mortíferas, ocasionadas, em geral, pela displicência com que eram tratados os mortos, permanecendo na maioria das vezes insepultos e, não havendo preocupação com registros e outros documentos indispensáveis à perfeita identificação dos mesmos, assim como cuidado e o carinho que deve existir pelos objetos pessoais deixados por eles, porque estes são o maior conforto moral que uma mãe, esposa, irmã ou noiva pode ter ao receber essas relíquias que pertenceram àqueles que souberam com desprendimento de espírito e com honra, sacrificar o que há de mais precioso, que é a própria vida, em holocausto à causa sagrada da Pátria".

Para além dos imperativos morais e éticos a regerem a ação dos membros do PS havia, claro, havia a coerção institucional, manifestada tanto nas sanções administrativas e penais a transgressões ao regulamento, quanto no estímulo ao bom comportamento como pré-requisito a uma bem-sucedida carreira militar. O interesse do comando da FEB no êxito das ações do PS não se prendia apenas a realização de ações do interesse dos entes queridos dos falecidos, nos termos já comentados. A rápida e bem sucedida remoção dos corpos da área de trânsito e combate da FEB era também um imperativo em termos de moral de combate. É sabido que a visão dos corpos dos companheiros caídos, decompondo-se à vista (e ao olfato) de todos, era nefasta para a vontade de combater das tropas. Daí os cuidados que o comando da FEB dedicou a oferecer meios de consecução das tarefas do PS.

Isso não resolve, obviamente, o problema fundamental de estabelecer o grau de honestidade e seriedade dos membros do PS no exercício de suas funções. Mesmo uma rápida e eficaz remoção de cadáver não impede os responsáveis pelo serviço de se apropriarem dos bens e valores encontrados em poder dos mortos. Afinal de contas, trata-se de bens portáteis, facilmente ocultáveis para serem oportunamente desviados. A documentação examinada, contudo, mostra que tais práticas não ocorreram.

Cabe examinar os fatores que negativa e positivamente contribuíram para a lisura dos trabalhos dos membros do PS. Já foram citadas as objeções de ordem moral e ética à subtração de bens encontrados nos corpos dos brasileiros mortos no Teatro de Operações na Campanha da Itália. Cabe agregar a estas as restrições de ordem legal. Nos termos do Código Penal Militar tanto o roubo, quanto o furto e a apropriação indébita são tipificados como crimes, incorrendo seus autores em penas de prisão respectivamente de, no mínimo, quatro anos no primeiro caso e até seis anos, no máximo, no demais. Também a violação de correspondência é tipificada como crime, e nele poderiam ter incorrido os membros do PS, dada a recorrência com que eram encontradas cartas, postais e outras correspondências nos cadáveres dos mortos na guerra. Nesse último caso, a pena prevista era de até seis meses de prisão. Finalmente, cabe lembrar que também a lei civil criminalizava a violação do cadáver, prevendo o Código Penal de 1940 sentenças de um a três anos e multas para os que a praticassem.

Consultando os registros da Justiça Militar Brasileira na Campanha da Itália não foi constatado o envolvimento de nenhum dos membros do PS em quaisquer dos crimes citados. Aliás, não consta que nenhum dos seus integrantes tenham sido levado às cortes militares por ter cometido quaisquer crimes, de qualquer tipo ou gênero. Desse ponto de vista, não há como deixar de reconhecer que o PS era uma unidade, do ponto de vista disciplinar, impecável. É difícil imaginar que, se houvesse existido a prática – fosse eventual ou frequente - de desvio de valores e bens dos

mortos da FEB por parte dos membros do PS, ela não tivesse sido jamais descoberta ou denunciada. Tampouco se encontra, nas dezenas de memórias escritas e publicadas pelos veteranos de diversos escalões e armas, qualquer referência a atos dessa natureza.

Uma outra hipótese poderia pesar contra a lisura e o profissionalismo dos integrantes do PS: a de que elementos estranhos ao serviço a ele fossem incorporados como "castigo". É um fato estabelecido a ligação do serviço militar no Brasil com o papel de instituição correcional ou mesmo prisional, conforme já comentado. Na FEB essa dimensão foi – em certa medida - preservada, transmutando-se no uso da transferência de indivíduos de comportamento desviante ou condenável para tarefas mais penosas do que aquelas que exercia. Destas, a mais temida era, obviamente, a transferência das cômodas, lucrativas e seguras atividades de retaguarda para o serviço na linha de frente dos combates. No entanto, pode-se descartar também esse fator como possível "porta-de-entrada" de elementos de perfil criminoso ou delituoso no PS, pois inexistem menções ao fato na documentação estudada. Com efeito, só se encontram disponíveis descrições de tais punições que tratam da incorporação de elementos sob punição exclusivamente para serviço na linha de frente.

A natureza desgastante e nunca recompensada ou reconhecida dos trabalhos dessa unidade proporcionava uma imagem interna um pouco diferente daquela desfrutada por outras unidades de apoio, como por exemplo os padioleiros, as enfermeiras e os médicos[6]. Entretanto, não há registros de desentendimentos entre os combatentes e os membros do PS brasileiro, como ocasionalmente ocorria com seu congênere norte-americano. As unidades do *Graves Registration* trabalhavam sob pressão intensa, para a execução rápida dos procedimentos de coleta, identificação e sepultamento de milhares de soldados norte-americanos. Havia o zelo dos próprios companheiros daqueles tombados em combate, a respeito da maneira com que os restos mortais eram manipulados e encaminhados para o identificação e sepultamento, bem como a atenção para com os objetos deixados pelos mortos. Embora a rotina tenha sido a da correção para com os despojos físicos e materiais dos mortos em combate, as vezes essa tarefa, inglória e sujeita às pressões de ordem militar e sanitária,tinha que ser desempenhada com pressa e pouca reverência, o que deixava os camaradas das unidades de pertencimento dos mortos irados com o que entendiam ser pouco-caso com seus companheiros mortos. Alguns desentendimentos eram comuns, nessa situação[7].

Mesmo nos casos em que havia a necessidade de enterrar cadáveres de soldados inimigos, obviamente quando não comprometia os objetivos de combate e a segurança das tropas, tal tarefa era feita, em geral, com o respeito ao combatente morto. A despeito de alguns registros de

---

6 SILVEIRA, Joaquim Xavier da. *A FEB por um Soldado*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989; MAXIMIANO, Cesar Campiani. *Barbudos, Sujos e Fatigados: soldados brasileiros na Segunda Guerra Mundial.* São Paulo: Grua, 2010, 148-149.

7 McMANUS, *op. cit*., p. 182.

armadilhas deixadas por soldados do Eixo, em cadáveres de combatentes Aliados, a prática mais comum na Frente Européia era a do respeito com os inimigos tombados. Ficou famoso, entre os expedicionários brasileiros, o sepultamento de três brasileiros pelos alemães, com uma placa reconhecendo seu valor combatente ("Três Bravos Brasileiros")[8]. Porém, essas práticas, no caso do Teatro de Operações do Mediterrâneo, não eram tão comuns assim. Em parte por estarem em movimento constante de recuo, em parte por alguns de seus soldados desprezarem os inimigos brasileiros como etnicamente inferiores, as tropas alemãs deixaram os corpos dos brasileiros insepultos. Quando os expedicionários tomavam posições alemãs, se deparavam frequentemente com os cadáveres de seus camaradas abandonados, o que contribuiu para estimular o ódio ao inimigo[9].

Há ainda mais evidências de ordem material que pesam em favor da lisura moral e da eficiência profissional dos membros do PS. Que necessidade teriam eles de roubar valores ou bens dos mortos quando não só todas suas necessidades básicas eram satisfeitas pela logística do V Exército Americano, como também recebiam na qualidade de militares brasileiros os mais altos salários pagos naquele espaço de Operações? Pode-se entender a eventual profanação dos cadáveres dos brasileiros por parte dos militares alemães ou dos civis italianos. Ambos os grupos passavam por privações de todo tipo e, portanto, inclinados a saquear bens e valores encontrados nos mortos. No caso dos alemães, haveria ainda o natural desprezo pela condição dos mortos brasileiros: inimigos, aos quais não se devia, na prática, qualquer respeito. Tais profanações eram, contudo, mal vistas pelos soldados.

Os brasileiros contavam com tamanha abundância de bens, que se permitiam negociar com ou doar aos civis italianos suas mercadorias excedentes. Havia poucas motivações, relacionadas à privação material, que levassem os membros do PS a tomar para si o que encontrassem com os mortos. Os substanciais valores em dinheiro de diversas procedências, entregues pelos membros do PS para serem remetidos aos seus entes no Brasil, não deixa margem à dúvida nesse aspecto.

A luz destas considerações pode-se, em princípio, considerar pequena ou nulaa possibilidade de que membros do PS tenham se apropriado daquilo que encontravam nos corpos que resgatavam. E, se tal tivesse por acaso ocorrido, muito provavelmente o saqueador daria prioridade ao roubo de dinheiro, ao invés de relíquias religiosas baratas do ponto de vista financeiro, mas profunda e

[8] RAMOS, José de Oliveira. *A Epopéia dos Apeninos*. Rio de Janeiro: Gráfica Laemmert, s.d.; PIOVEZAN, Adriane, Ritos de Morte: o Pelotão de Sepultamento da FEB. In: OLIVEIRA, Dennison; ROSTY, Claudio Skora (orgs.). *A Força Expedicionária Brasileira e a Segunda Guerra Mundial: Estudos e Pesquisas.* Rio de Janeiro: DECEx/DPHCEX/CEPHiMEx, 2012, p. 07; para os norte-americanos, tais procedimentos eram comuns na Frente Ocidental da Europa, mas não no Pacífico. Cf. ATKINSON, *op. cit*., pos. 2483 de 21266 e segs.; KENNET, Lee. *The American Soldier in World War II.*New York: Scribner, 1987, p. 181; ROSE, Kenneth D. *Myth and the Greatest Generation. A Social History of American in World War II*. New York: Routledge, 2008, p. 22 e segs.

[9] MAXIMIANO, *op. cit*., p. 151.

intensamente valiosas de um ponto de vista religioso, afetivo e moral. Mas, vale a pena insistir, nas condições as quais historicamente viveu e trabalhou o PS, o estímulo ou a pressão para a prática de tais delitos era nulo, a sanção civil e penal severa e, talvez o mais importante, perturbadoras as penas e sanções a serem impostas na vida e, após a morte, aos que afrontaram o tabu relacionado a violação dos corpos.

A esse respeito vale a pena transcrever as conclusões do comandante do PS sobre a disciplina dos membros dos seus membros:

> "... tenho a gratíssima satisfação de não ter uma só vez, aplicado punições a qualquer componente do mesmo. Tanto oficiais como os praças tem a noção exata da responsabilidade e cumprimento do dever, trazendo em consequência maior rendimento e produtividade ao trabalho, porque nada se pode conseguir de uma tropa se esta não possui em alto grau uma disciplina sã e consciente. O trabalho do pelotão é árduo, duro e penoso, requerendo, portanto, de todos seus elementos, além de uma disciplina sã e consciente, um ascendrado espírito de dedicação e abnegação."

Dessa forma, o problema que se coloca ao historiador que se debruça sobre os RI (Relatórios Individuais) do PS não diz respeito tanto à confiabilidade do conteúdo das fontes, embora algumas omissões nos procedimentos institucionais tenham sido constatadas. Se existe algum problema importante com estas fontes, é o seu caráter demasiado lacunar, sintético, protocolar. Infelizmente, nem todas as informações que achamos relevantes foram registradas, em especial o detalhamento das devoções encontradas com os mortos, o conteúdo das fotos e – já implicando em transgredir a ética e a lei então vigentes – até mesmo das correspondências encontradas. São enormes, pois, as limitações com que nos defrontamos no esforço de interpretarmos as atitudes dos indivíduos que se preparavam para – ou tentavam evitar – a própria morte na guerra.

Não obstante o caráter lacunar, sintético e formalista das informações contidas nos RI do PS, ainda assim elas se constituem numa fonte essencial para o entendimento das idéias, práticas e valores extremamente representativos das atitudes e representações diante da iminência da morte, ou da morte propriamente dita, desses combatentes

Os relatórios são sintéticos e concisos. Os objetos são listados, mas não descritos. O maior problema com que se defronta o pesquisador diz respeito à diversidade dos objetos. Um primeiro conjunto de objetos, que apareciam com maior recorrência, mereceram ser identificados e contados. Dentre estes se incluem, em ordem de importância: dinheiro (com a especificação das quantias e origem do papel moeda), fotos, medalhas religiosas, cartas, estampas de santos, cartão de identificação, crucifixos, orações, quadros religiosos, rosários, imagens santas, relíquias religiosas, bíblias, etc.

Um segundo conjunto de objetos diz respeito àqueles encontrados com pouca frequência, ou mesmo apenas uma única vez, com os mortos. Aqui encontramos uma diversidade de objetos tanto de uso diário quanto de caráter religioso, a qual é difícil se estabelecer uma frequência de aparecimento de caráter estatístico. Nesse caso, os objetos encontrados pelo PS foram colocados numa categoria à parte ("outros").

Finalmente, havia um relativamente elevado número de corpos com os quais nada foi encontrado. Aqui é fundamental se estabelecer uma diferença entre os casos em que isso decorreu da vontade do indivíduo, daquele em que o fato decorreu das circunstâncias nas quais o corpo foi encontrado. Em se tratando de corpos encontrados e sepultados com relativa brevidade, em especial no que diz respeito a indivíduos exercendo atividades na retaguarda, pode-se assumir que o fato derivou de uma opção do falecido. Já o mesmo não se pode afirmar com relação a corpos recuperados e sepultados muito tempo após a morte. Aqui é mais cabível se presumir que o fato de nada ter sido encontrado se deve à perda, saque ou extravio dos bens do morto no tempo decorrido entre o falecimento e o achado do cadáver.

Para visualizar os objetos encontrados nos corpos, desenvolvemos uma tabela[10]:

Objeto	Ocorrências mais frequentes
Chapa de identificação	333
Objetos diversos	187
Nada	175
Dinheiro	144
Fotografias	116
Medalhas religiosas	84
Correspondência	59
Carteira	51
Estampas de Santos	47
Cartão de Identificação	43
Crucifixos	34
Orações	32
Quadros Religiosos	31
Anel	30
Manual de Orações	27
Relógio	27
Recibo Banco do Brasil	24
Rosários	23
Corrente	21
Registro de Vacina	20
Caneta	19
Canivete	15
ImagensReligiosas	11
Telegrama	10
Reliquias Religiosas	9

[10] Relatórios do Pelotão de Sepultamento, Arquivo do Exército, Rio de Janeiro, RJ.

A grande diversidade dos objetos mais recorrentemente encontrados nos corpos exige uma tipologia. Uma primeira distinção que pode ser feita diz respeito aos objetos de uso religioso e os demais, de uso civil. Os objetos religiosos são fáceis de serem distinguidos. A dificuldade é se estabelecer a que devoção se refere, uma vez que os membros do PS tinham como norma jamais identificar santos, arcanjos, santas, etc. nos objetos que listavam. Quando isso ocorreu foi tão raro que a informação passa a ser considerada excepcional: uma oração de São Jorge, uma estatueta de São Pedro, uma fita da congregação católica, um patuá.

Chegamos a 32,17% de soldados mortos que levavam consigo algum objeto de cunho religioso no momento de sua morte. Em praticamente um terço dos cadáveres foram encontrados artefatos ou impressos relacionados a diferentes devoções, praticamente todos de origem cristã. À primeira vista, o fato parece indicar um acentuado distanciamento do apego às devoções - mesmo num contexto de permanente e extremo risco de vida - por parte dos componentes desse grupo social tão peculiar, mas ao mesmo tempo tão significativo para se entender a sociedade na qual foram formados.

Os componentes da FEB viviam num período histórico em que a laicização das práticas e das representações associadas aos ritos funerários já estava bem adiantada. No caso dos militares brasileiros esse processo estava muito mais próximo da concretização do que no resto da sociedade, mesmo à luz de alguns desenvolvimentos que parecem contradizer essa tendência mais geral, como é a própria reinstituição do corpo de capelães que seguiu com a FEB.

O período a que se refere essa pesquisa está historicamente, muito longe dos tempos em que os brasileiros levavam à frente das suas tropas em combate imagens de santos que os protegessem dos perigos do campo de batalha e atemorizassem seus inimigos. Tal aconteceu na prolongada campanha das tropas do Império Português contra a ocupação holandesa no Brasil do século XVII.

Porém, historicamente, os indivíduos aqui examinados já estavam bastante próximos da época em que rezavam-se missas antes das batalhas e jurava-se fidelidade ao imperador com a mão direita sobre a bíblia. Essa foi a prática institucional até o fim do Império, distante escassos 56 anos do momento em que acabou a Segunda Guerra Mundial. Contudo, e pensando em termos teleológicos, os brasileiros que lutaram na Segunda Guerra Mundial estão muito mais próximos dos anos 1970, quando se nota pela primeira vez e de forma inequívoca, a interdição das atitudes diante da morte e da invisibilidade do luto. Apenas um quarto de século separa os combatentes da FEB deste contexto que para nós é tão contemporâneo.

A época em que viveram os membros da FEB é marcada por sucessivas revoluções urbanas, industriais, científicas e tecnológicas. Todas essas amplas, importantes e, por vezes, radicais

transformações agiram no sentido do enfraquecimento dos dogmas religiosos, do reforço da crença no poder da ciência e na geral laicização de todos os ritos e monumentos públicos.

No caso dos membros da FEB, essas tendências devem ter sido sentidas de maneira mais intensa que se possa, a princípio, conceber. A razão é que eles foram incorporados à um dos exércitos mantidos na linha de frente da Segunda Guerra Mundial pela maior super-potência econômica, industrial e científica que o mundo já havia conhecido – os Estados Unidos.

As demonstrações da superioridade material, organizacional, cultural, etc., da civilização norte-americana, e seu profundo efeito sobre os brasileiros, são bem conhecidos. Nenhum dos ex-combatentes que escreveu a respeito deixou de descrever da forma a mais intensa e explícita possível sua admiração, por vezes até assombro, diante da materialidade do caráter superior da civilização construída nos EUA.

A Segunda Guerra Mundial foi um choque armado no qual questões como o nível de produtividade industrial, o grau de desenvolvimento científico e tecnológico e a adequada organização dos recursos nacionais foram os fatores decisivos. Nada disso estava disponível no Brasil dos anos 1940, ainda mais se tratando de cumprir com o compromisso de participar de uma guerra na Europa contra a Alemanha Nazista.

É possível afirmar que, na guerra travada pelos brasileiros nos Montes Apeninos na Itália ao final da Segunda Guerra Mundial a importância do poder material foi demasiado evidente para passar desapercebida ou ser minimizada por qualquer um vivendo naquela época. A todos envolvidos era óbvio que, apesar das dificuldades específicas da Frente Mediterrânica, e da importância das habilidades militares e a motivação para combate, a vitória viria, cedo ou tarde, como decorrência da superioridade material dos Aliados contra o Eixo.

As aparentemente infinitas disponibilidades materiais da logística norte-americana ajudariam os brasileiros a prevalecer diante dos defensores alemães, respeitados como combatentes, mas padecendo de graves privações materiais e humanas. No caso dos membros da FEB, se acontecesse de serem atingidos em combate os brasileiros sabiam que podiam contar com a remoção pelos padioleiros até uma ambulância, que os levaria até um hospital, no qual suas chances de sobreviver e se recuperar seriam maximizadas numa escala sem precedentes. E, se acontecesse o pior, igualmente sabiam os brasileiros que seus companheiros – e, novamente, a Intendência – providenciariam para que ele tivesse um enterro decente.

No entanto, nada disso fazia o soldado esquecer do medo da morte. Esse temor era compartilhado por estes combatentes. Para enfrentar este medo, e se preparar para o encontro com o Além, alguns destes soldados traziam consigo elementos religiosos que simbolizavam sua crença e sua fé numa salvação no pós-vida.

Tomamos como exemplo as medalhas religiosas. Quase um entre cada dez mortos da FEB tinha consigo uma ou mais medalhas religiosas. O número mais frequentemente encontrado dessas medalhas era apenas uma ou duas. Quase todas ocorrências somaram umas poucas medalhas, com exceção de dois indivíduos que carregavam consigo um número sem precedentes delas. É o que se constata na tabela a seguir[11]:

Número de medalhas	mortos
1	35
2	31
3	6
4	5
5	3
6	2
16	1
42	1

Destes 84 mortos que possuiam uma medalha religiosa entre seus pertences, 60 % eram soldados, 8% eram cabos, 7%eram terceiros sargentos e 9 % eram segundo-tenentes. No que se refere à maioria que portava uma ou duas medalhas, 47% eram soldados, 7 % eram cabos, 6 % eram 3º. Sargentos e 6 eram 2º. Tenentes. No outro extremo, era um cabo que portava 16 medalhas e um 2º. Sargento em cujo corpo foram encontradas 42 delas. Esses indivíduos nos quais foram encontradas quantidades tão altas de medalhas religiosas parecem perfis sociais excepcionais, destoando bastante dos demais membros dessa parte da amostra[12].

O exemplo das medalhas religiosas é um entre tantos outros objetos devocionais que permitem uma reflexão sobre as atitudes diante da morte neste contexto. No entanto, não é possível avaliar o grau de devoção dos expedicionários apenas por esses indícios estatísticos. Comportamentos, ritos, alusões a elementos religiosos em cartas, diários e memórias, devem ser investigados mais detidamente. Por ultrapassar os limites da pesquisa que originou este artigo, não serão analisados em detalhe as memórias e registros dos capelães militares e de alguns combatentes, que possuem opinião diversa daquela que é proposta aqui: para aqueles, os expedicionários não

11 Relatórios do Pelotão de Sepultamento, Arquivo do Exército.

12 O 2º. Sargento José Pessoto Sobrinho de Limeira (SP) morreu em um acidente de Jeep no dia 10 de março de 1945 em Porreta Terme. Ele era católico, branco, tinha 30 anos e estava lotado no Quartel-General da 1ª. DIE. Além das 42 medalhas religiosas, ele tinha também nada menos de 13 rosários, um crucifixo, 13 orações, 5 relíquias religiosas, 54 quadros religiosos, um porta terço, uma fita da congregação católica e um quadro religioso de louça. Além de um considerável acervo de 138 objetos religiosos ele também carregava ambas as chapas de identificação, alfinete com medalha, 2 diários, 9 vistas de Roma, 4 anéis, 2 aros para óculos, 3 lentes para óculos escuros, lapiseira, escova, torre de Pisa, álbum de Nápoles, 1 livro "O oceano", livro "Episódios de Guerra", 5 conchas de ostra, um cartão de identificação, 10 cartas e 16 fotografias.

apenas possuíam, como expressavam sua religiosidade intensamente[13]. Nas memórias de um expedicionário, cujo irmão era do serviço religioso da FEB, o soldado da FEB caracterizou-se pela religiosidade: "...carregou para a guerra sua fé, suas medalhinhas, seus santinhos, seus terços. Achava hora para rezar suas orações. Sargentos sérios, religiosos, puxavam o terçoque muitos traziam de encontro ao corpo, especialmente no pescoço, à guisa de colar. Antes dos ataques e patrulhas, verdadeiros passeios em direção à morte, era comum rezarem em conjunto. Oficiais se irmanavam a seus soldados nas orações[14]".

Assim, como conclusão, pode-se dizer que o Pelotão de Sepultamento desempenhou papel inglório, porém relevante nas ações da Força Expedicionária Brasileira. Reproduzindo, como a maior parte da FEB, a estrutura norte-americana, essa unidade pode proporcionar, aos mortos brasileiros no front mediterrânico o sepultamento digno, bem como o conforto possível aos seus familiares, através do envio de suas lembranças e objetos derradeiros. Em um ambiente de extremo relativismo ético, pautou-se com retidão, o que seguramente contribuiu para o moral dos combatentes, sempre sensíveis ao destinos de seus camaradas. Mais importante, contudo, é poder perceber, em seus registros, como os expedicionários da FEB enfrentavam a possibilidade sempre presente da morte, seja racionalizando os riscos de combate, seja intensificando a fé e a devoção religiosa.

[13] Pe. BRITTO. *Fui Capelão da FEB*. Santa Maria, 1947; DOURADO. J.J. *Estou Ferido...* Rio de Janeiro, 1955; PALHARES, Gentil. *Frei Orlando: o capelão que não voltou*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1982; SILVA, Nestor da. "Depoimento de um expedicionário sobre o poder de "oração"na guerra. *Revista Militar Brasileira.* Número Comemorativo do 30º Aniversário da Organização da Força Expedicionária Brasileira. Ano 59, Vol. 102, 1973, p. 36-39.

[14] VIOTTI, Cassio Abranches. *Crônicas de Guerra*: A Força Expedicionária Brasileira na Itália. Belo Horizonte: Edição do Autor, 1998, p. 145.